

1. Do Plano Plurianual de Investimentos

1.1. Introdução

Pretende-se com o presente relatório complementar os documentos que constituem a Conta de Gerência, relativa ao ano de 2007 e elaborada de acordo com a alínea e), do Artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Dezembro, republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, de modo a habilitar os Srs. Deputados municipais a melhor avaliar a execução, pelo Executivo Municipal, do Plano e do Orçamento desse ano.

1.2. Da Execução das Grandes Opções do Plano

Em termos financeiros, as Grandes Opções do Plano de 2007, que previa objectivos no montante de € 11.903.055,99 teve uma execução de € 7.063.365,24 (realizado total), o que significa uma taxa de execução de **59,3%**.

Este valor representa uma melhoria em relação a 2006, mas inferior a execuções de anos anteriores, como se pode verificar no quadro seguinte.

Quadro 1

Execução/Realização das Grandes Opções do Plano

	2004	2005	2006	2007
Taxa de Realização das GOP	68,17%	72,43%	65,19%	59,34%
Taxa de Execução das GOP	51,43%	55,17%	51,51%	48,01%

Realizado – Facturado

Execução - Pago

Para este facto contribui a situação de fim de ciclo do III Quadro Comunitário de Apoio.

2. Análise da Prestação de Contas

2.1. Comparação entre a Receita Prevista e a Efectiva

A Receita total ascendeu, em 2007, a € 13.330.296 o que representa um decréscimo de **2,1%** em relação a 2006.

Quadro 2

Execução da Receita (euros)

	Rec. Efectiva 2007	Receita Prevista	Execução	Rec. Efectiva 2006	Δ / 06
Rec. Corrente	8.312.075	7.489.292	110,99%	7.797.155	+ 6,6%
Rec. Capital	5.018.221	10.487.050	47,85%	8.799.885	- 43,0%
Rec. Total	13.330.296	17.976.342	74,15%	13.619.927	- 2,1%

Como iremos ver adiante verificou-se uma queda abrupta na Receita de Capital embora se tenha verificado uma subida sensível da Receita Corrente. Como se devem lembrar, o ano de 2006 teve uma receita extraordinária de capital resultante da venda das ETAR da Vila e da Zona Industrial. Assim, naturalmente, em 2007, os valores da Receita de Capital voltaram a aproximar-se dos valores de 2005.

Quanto à taxa de execução orçamental, que é dada pelo rácio Receita Efectiva/Receita Prevista, atingiu-se a taxa de **74,15%**, como se pode ver no Quadro 2.

Apesar do desvio (executado/previsto) ter aumentado, quando comparada com 2006, a taxa de execução continua em níveis superiores aos outros anteriores anos, conforme se pode ver no quadro seguinte.

Quadro 3

Evolução da Taxa de Execução

	2003	2004	2005	2006	2007
Taxa de Execução	59,2%	61,8%	67,5%	85,3	74,2%

2.2. Da Receita Corrente

Analisemos agora a Receita Corrente:

Quadro 4

Evolução da Receita Corrente

	2003	2004	2005	2006	2007
Receita Corrente	6.235.988	6.577.514	7.021.397	7.797.155	8.312.075
Rc_i / Rc_{i-1}	- 3,5%	5,5%	6,7%	11,0%	6,6%
Receita Total	11.919.991	11.650.325	12.122.881	13.619.927	13.330.296
Rc / Rt	52,32%	56,46%	57,92%	57,25%	62,35%

Como se pode ver no Quadro 4 a Receita Corrente abrandou a sua taxa de crescimento, voltando a um crescimento próximo do de 2005.

Pode igualmente ver-se o acréscimo de peso da Receita Corrente no conjunto da Receita. Daqui pode aferir-se o cuidado que se tem que ter com decisões que penalizem essa Receita. Num futuro próximo, tais tendências, poderiam criar uma situação de acentuado *stress* orçamental.

2.2.1. Da Distribuição Da Receita Corrente

Vejam os a discriminação das principais rubricas da Receita Corrente

Quadro 5

Distribuição da Receita Corrente

	2003	2004	2005	2006	2007	Δ/06
Impostos directos	1.645.003	1.665.898	1.604.121	1.760.838	2.009.160	+ 14,1%
Impostos Indirectos	172.919	272.300	93.267	543.046	179.573	- 66,9%
Taxas	380.960	177.881	259.005	223.795	251.573	+ 12,4%
Rendimentos de Propriedade	-	-	-	365.463	458.460	+ 25,4%
Transferências Correntes	2.209.154	2.320.701	2.869.024	2.716.103	3.101.336	+ 14,2%
Venda de Bens	966.253	1.001.704	1.043.994	976.869	955.291	- 2,2%
Prestações de Serviços	534.137	738.861	946.731	1.071.829	1.287.033	+ 20,1%
Outras Receitas	338.680	393.182	122.603	133.682	63.302	- 52,6%

Pode ver-se que a receita proveniente dos Impostos Indirectos e das Taxas está com uma evolução instável. O crescimento das Transferências Correntes e das Vendas de Bens e Serviços, se bem que significativo, está muito associado a despesas correspondentes de valor equivalente.

A única receita que sobe com alguma estabilidade é a dos Impostos Directos. Por isso é preciso muito cuidado, repito, com medidas que quebrem de forma abrupta esta receita pois porá em causa a própria sustentabilidade do funcionamento do Município.

Pode ver-se no quadro seguinte a evolução do peso dos Impostos Directos no total da Receita Corrente

Quadro 6

Impostos Directos

	2003	2004	2005	2006	2007	Δ/06
IMI	742.462	783.691	895.240	993.573	1.158.977	+ 16,6%
IMT	752.156	750.200	556.697	592.837	652.568	+ 10,0%
Imp.s/ veículo	116.898	132.007	152.184	174.428	192.688	+ 10,5%

Do quadro anterior sublinhe-se o peso incontornável do IMI como uma receita crucial para o orçamento municipal.

Recorde-se que este crescimento do IMI será, em 2008, afectado de forma não possível de medir, com os dados de que dispomos.

Quadro 7

Taxa de crescimento do IMI

	2003	2004	2005	2006	2007
Taxa crescimento IMI	+ 21,0%	+ 5,6%	+ 14,2%	+ 11,0%	+ 16,6%

Quadro 8

Peso dos Impostos Directos

	2003	2004	2005	2006	2007
Imp.Directos/ Rec. Corrente	25,8%	25,3%	22,8%	22,6%	24,2%

2.3. Da Receita de Capital

Passemos agora à análise das receitas de capital.

Quadro 9

Repartição da Receita de Capital

	2003	2004	2005	2006	2007
Venda de Bens Invest,	1.283.623	1.070.336	1.523.724	163.735	402.028
Transferências de capital	2.801.375	3.026.013	3.105.154	2.287.211	2.378.932
Empréstimos	1.545.293	884.294	305.578	195.248	232.702
Outras Receitas de Capital	44.377	91.080	186.247	2.418.118	2.510
Saldo de Gerência	-	-	-	-	2.000.000
Total	5.684.003	5.072.811	5.101.484	5.822.118	5.018.221

A queda da receita de capital só não atingiu valores muito relevantes por força da entrada, em sede de revisão orçamental, do saldo de gerência de 2006. Mas esta diminuição era inevitável.

2.4 Análise da Despesa

2.4.1. Evolução da Despesa Corrente

Vejamos agora a desagregação das despesas correntes.

Quadro 10

Repartição da Despesa Corrente

	2003	2004	2005	2006	2007	Δ/06
Gastos c/ Pessoal	2.628.897	2.700.057	2.866.767	2.876.928	2.966.902	+ 3,1%
Aquisição de Bens	504.422	576.752	597.695	728.115	723.392	-
Aquisição de Serviços	981.166	1.201.849	1.338.331	1.843.834	2.004.661	+ 8,7%
Encargos Financeiros	154.288	301.774	288.853	193.124	213.316	+ 10,0%
Transferências Correntes	307.600	149.858	190.314	334.961	446.682	+ 33,3%
Outras Despesas	118.750	181.070	128.856	175.585	222.386	+ 26,6%
Total	4.695.123	5.111.360	5.410.816	6.152.548	6.577.339	+ 6,9%

O crescimento percentual da Receita Corrente é assim inferior ao da Despesa Corrente, o que exige uma particular atenção. Contudo, em valores absolutos a receita corrente cresceu mais que a despesa corrente (€ 514.336 de receita adicional para € 424.791 de acréscimo de despesa).

No quadro seguinte temos a taxa de execução da Despesa Corrente e, em particular e pelo seu peso, a taxa de execução da despesa com pessoal. O desvio é pouco significativo.

Quadro11

Nível de Execução da Despesa

	Despesa Prevista	Despesa Executada	Taxa
Despesa c/ Pessoal	3.012.509	2.966.902	98,5%
Despesa Corrente Total	7.737.898	6.577.339	85,0%

Concluindo o raciocínio anterior vemos que a poupança aumentou, quer em valor absoluto quer em termos relativos.

Quadro12

Evolução da Poupança

	2003	2004	2005	2006	2007
Receita Corrente	6.235.988	6.577.514	7.021.397	7.797.155	8.312.075
Despesa Corrente	4.695.123	5.111.360	5.410.816	6.152.548	6.577.339
Poupança	1.540.865	1.466.154	1.610.581	1.644.607	1.734.736
Desp,Corrente/Rec. Corrente	75,3%	77,7%	77,0%	78,9%	79,1%

Quanto à despesa com pessoal foi possível conter o seu crescimento em valores absolutamente razoáveis.

Quadro 13

Evolução da Despesa c/ Pessoal

	2003	2004	2005	2006	2007
Despesa c/ Pessoal	2.628.897	2.700.057	2.866.767	2.876.928	2.966.902
Δ %	6,5%	2,7%	6,2%	0,35%	3,1%
Desp. Pessoal/ Desp. Corrente	56,0%	52,8%	53,0%	46,8%	45,1%
Desp. Pessoal/ Rec. Corrente	42,1%	41,0%	40,0%	36,9%	35,7%

2.4.2. Evolução da Despesa de Capital

Passemos agora à desagregação da Despesa de Capital.

Quadro 14

Repartição da Despesa de Capital

	2003	2004	2005	2006	2007
Investimento	6.981.900	5.741.703	5.599.186	3.295.259	3.673.293
Transf. J. Freguesia	182.071	191.224	211.742	23.400	99.952
Outras Transf. Capital	81.318	76.678	78.181	202.882	92.684
Activos Financeiros	-	-	-	185.908	18.750
Passivos Financeiros	313.852	328.475	689.007	747.298	792.987
Total	7.611.090	6.427.104	6.601.642	4.689.443	4.723.783

Verifica-se uma ligeira subida desta Despesa mas obviamente o investimento está em valores muito inferiores aos de anos anteriores.

Os passivos financeiros mantiveram a tendência crescente.

Quadro 15

Peso dos Passivos Financeiros

	2003	2004	2005	2006	2007
Passivos Fin./ Desp. Capital	4,1%	5,1%	10,4%	15,9%	16,8%

O peso da Despesa de Capital na Despesa total do Município continua a descer.

Quadro 16

Peso da Despesa Capital na Despesa Total

	2003	2004	2005	2006	2007
Desp. Capital / Desp. Total	61,8%	55,7%	55,0%	43,3%	41,8%

2.5. Do endividamento

O endividamento de longo prazo continua a descer de forma acentuada, como se pode observar no quadro 17.

Quadro 17

Evolução do Endividamento

	2003	2004	2005	2006	2007	Δ/06
Dívida Longo Prazo	6.431.234	6.987.053	6.603.624	6.051.634	5.476.563	- 9,5%
Dívida Curto Prazo *	3.839.994	2.804.968	2.462.429	1.546.276	1.610.277	+4,0%
Dívida total **	10.271.228	9.792.021	9.066.053	7.597.010	7.086.840	- 6,7%
Dív. Curto Prazo/ Receita Total	23,8%	24,0%	20,3%	11,4%	12,1%	

* Empreiteiros e Fornecedores

** Banca + Empreiteiros + Fornecedores

A dívida de curto prazo subiu ligeiramente. Contudo não atingimos o valor que nos tínhamos proposto. De facto a entrada de facturas de fornecedores após 31 de Dezembro, mas reportadas a 2007 foi muito superior à nossa previsão.

De qualquer forma a situação é confortável e estamos a pagar, em média, a 90 dias.

2.6. Do endividamento líquido

Como se pode observar no quadro seguinte, o Município tem uma capacidade de endividamento confortável e está manifestamente fora da zona de risco, em termos de cumprimento da Lei das Finanças Locais.

Quadro 18
Do endividamento Líquido

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO A 31 DE DEZEMBRO			
CÓDIGOS DE CONTAS DO POCAL		PASSIVO	ACTIVO
11	Caixa		2.552,16
12	Depósitos		3.050.641,26
211	Cliente C/c		205.448,70
212	Contribuintes C/c		
213	Utentes C/c		13.530,90
217	Clientes e utentes c/ caução	14.804,79	
221	Fornecedores C/c	759.672,28	
23121	Empréstimos bancários	3.046.841,71	
24	Estado e outros entes públicos	61.705,35	
2611	Fornecedores de imobilizado	824.486,48	
262	Pessoal	731,27	
263	Sindicatos	580,20	
268	Devedores e credores diversos	13.036,49	
2719	Outros acréscimos de proveitos		145.099,33
2729	Outros custos diferidos		7.773,95
2739	Outros acréscimos de custos		
411	Partes de capital		307.708,00
TOTAL		4.721.858,57	3.732.754,30
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO TOTAL (A)		989.104,27	

Assim,

A ≤ 125% B ou seja

A ≤ 7.799.640,69 €

em que:

A) Endividamento líquido total em 31 de Dezembro 2007

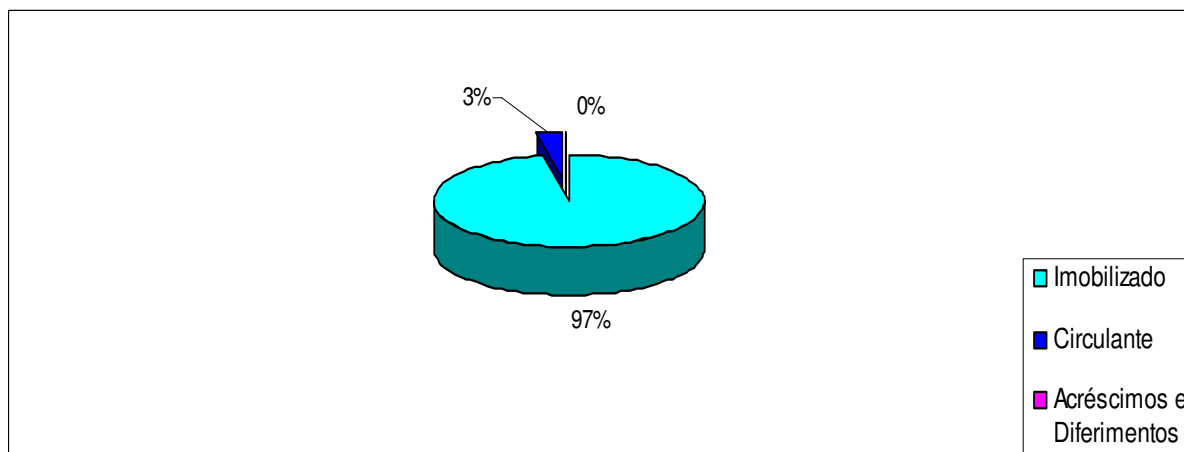
B) Montante das receitas de Impostos Municipais, participações do município no FEF, da participação no IRS em 2006

B= 6.239.712,55 € e 125% de B = 7.799.640,69 €

3. Situação Económica e Financeira

3.1. Balanço

3.1.1. Activo



3.1.1.1 - Imobilizado

Da análise ao balanço, constatamos que de 2006 para 2007 houve uma diminuição no imobilizado líquido da autarquia de € 1.187.502,43 (cerca de 1,03%), devido ao aumento de amortizações e algumas alienações.

3.1.1.2. - Circulante

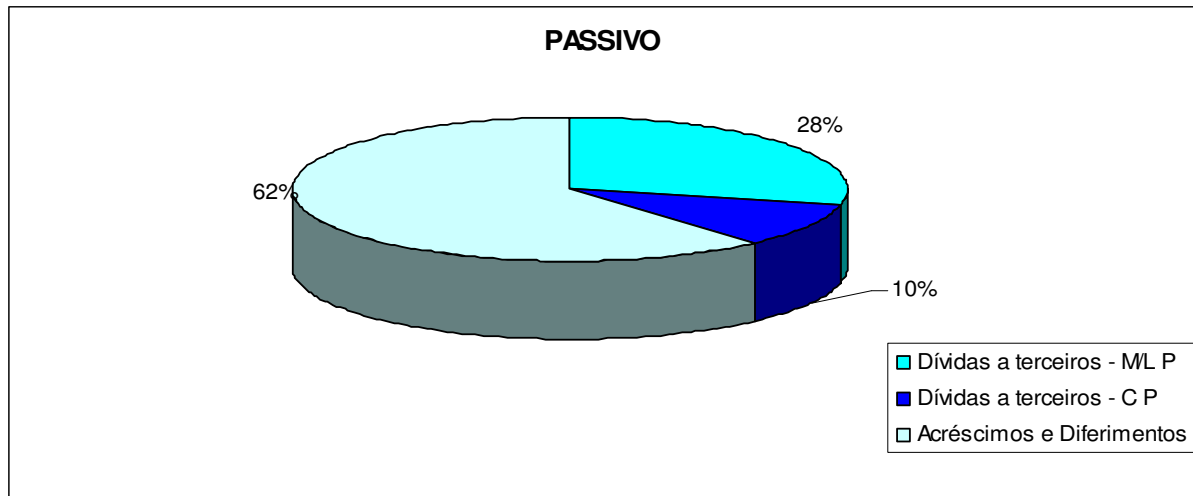
As existências tiveram uma ligeira diminuição.

As dívidas de terceiros de curto prazo, tiveram uma diminuição na ordem dos 13%, baixaram de 514.949,02 € para 415.354,62 €, ou seja, 22.713,83 €.

As disponibilidades não tiveram alterações significativas em relação ao ano de 2007.

3.1.2. - Fundos Próprios

Em 2005 os fundos patrimoniais sofreram um decréscimo de cerca de 1% correspondente ao valor do resultado líquido negativo obtido em 2007 pela Autarquia.

3.1.3. - Passivo

Verifica-se uma ligeira diminuição do passivo em 2007.

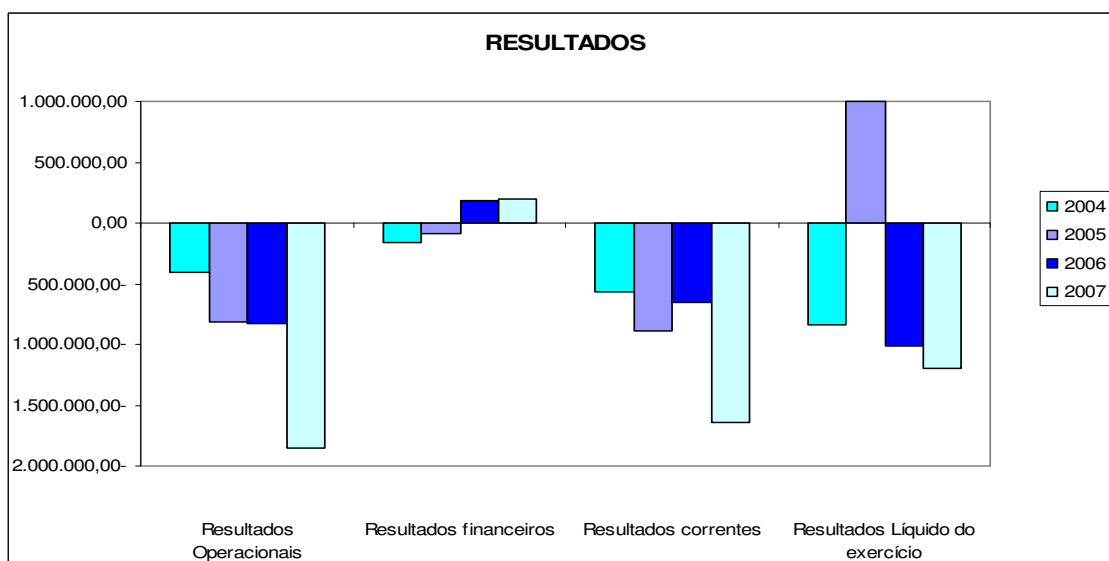
Os empréstimos de médio e longo prazo sofreram uma diminuição na ordem dos 9,5%.

As dívidas a terceiros sofreram um acréscimo pouco significativo, cerca de 6%.

Houve um aumento pouco significativo dos proveitos diferidos na ordem dos 316.596,68 €, sendo certo que as verbas do III QCA já estão no fim.

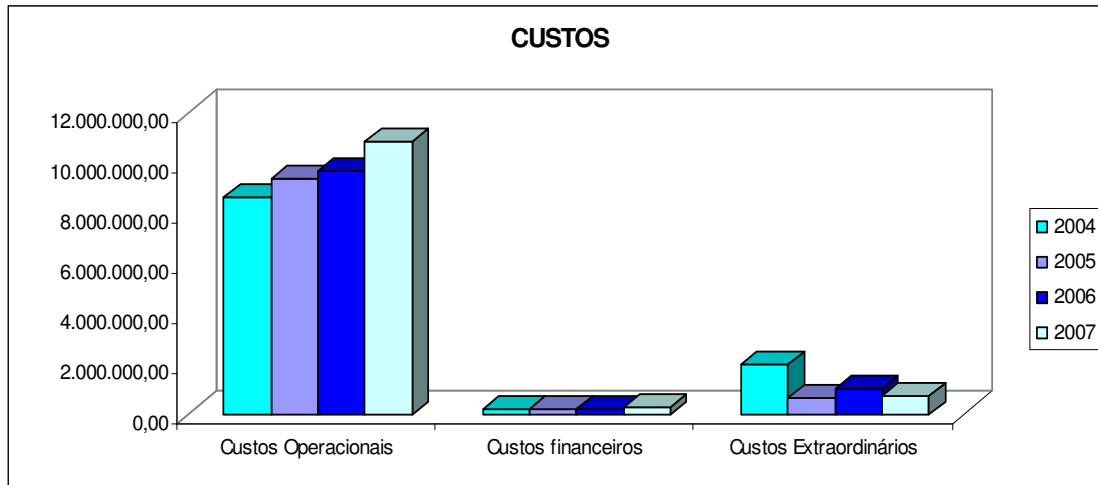
3.2. - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A demonstração de resultados é um mapa que pretende complementar o balanço especificando a natureza dos diversos custos e perdas e proveitos e ganhos: operacionais, financeiros e extraordinários. Nos últimos três anos temos a seguinte situação:



À semelhança dos outros anos desde a entrada em vigor do POCAL, os resultados líquidos de 2007 são negativos.

3.2.1. – Custos

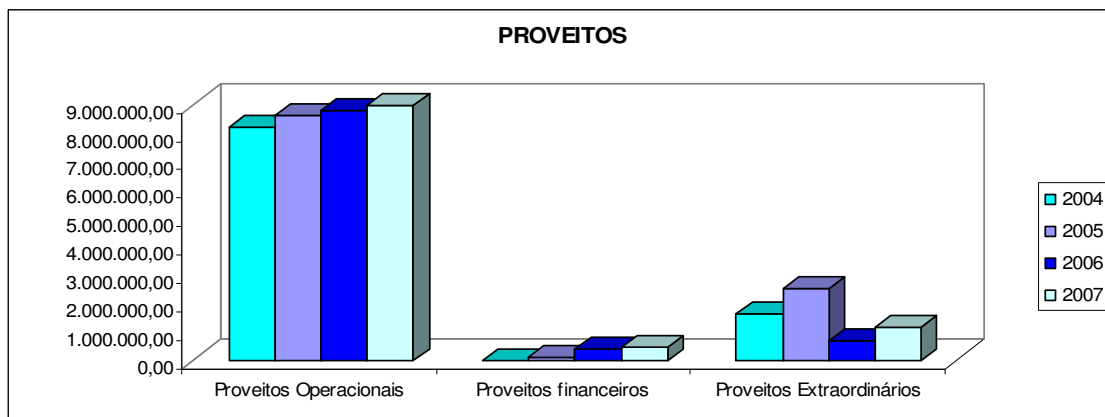


Os custos operacionais sofreram um acréscimo em relação ao ano anterior (12,46%), tendo o aumento sido de um modo geral em todas as rubricas (Fornecimentos e serviços externos, Custos com o Pessoal, Amortizações do exercício e Outros custos operacionais).

No que diz respeito aos custos financeiros, os mesmos sofreram um acréscimo de cerca de 32%, devido a um acréscimo nos juros suportados por força das actualizações constantes das taxas de juros e verifica-se também um valor mais elevado nos outros custos financeiros devido a termos mais retenções de IRC efectuadas pelas instituições bancárias visto os nossos juros obtidos terem aumentado.

Os custos extraordinários reduziram quase 50%. Visto em 2006, ter havido uma situação extraordinária.

3.2.2. - Proveitos



Os proveitos operacionais aumentaram cerca de 2,1% no último ano, verificando-se o maior aumento na rubrica Transferências e Subsídios obtidos.

Os proveitos financeiros apresentam um acréscimo de 22,77%, tendo como origem o valor de juros obtidos que quadruplicou relativamente a 2006.

No que diz respeito aos proveitos extraordinários, houve um aumento muito significativo no ano de 2007, devido essencialmente aos ganhos em imobilizações.

3.2.3.- Resultados

O Resultado Líquido do Exercício é negativo ascendendo a 1.199.700,37 € decorrente das justificações acima referidas, quer em relação aos custos quer em relação aos proveitos.

3.3.- Rácios Económico-Financeiro

Quadro 19

<u>Rácios</u>	<u>Económico-Financeiros</u>	2007	2006	2005	2004
Liquidez Geral	Activo Circulante / Passivo Curto Prazo	1,85	2,01	0,45	0,37
Solvabilidade	Fundos Próprios / Recursos Alheios	13,60	12,93	10,96	10,38
Endividamento	Passivo / Activo Líquido x 100	16,13	16,08	14,74	14,54
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Activo Total	0,84	0,84	0,85	0,85
Cobertura do Activo	Activo Total / Passivo Total	6,20	6,22	6,79	6,88
Dependência Empréstimos	Empréstimos M/L Prazo / Activo Total	0,05	0,05	0,06	0,06

O rácio de liquidez geral representa a capacidade da autarquia em fazer face às suas obrigações de curto prazo através do seu activo circulante. Este rácio não deverá ser inferior à unidade. Em 2007 a autarquia atingiu um grau de liquidez acima da unidade.

Relativamente aos rácios de solvabilidade e autonomia financeira, os mesmos encontram-se relacionados, e representam a capacidade de solver compromissos de carácter financeiro nas respectivas datas de vencimento, tendo-se verificado um aumento em relação ao ano anterior quanto à solvabilidade e quanto à autonomia financeira a mesma mantém-se.

No que diz respeito à dependência da autarquia em relação aos empréstimos de médio e longo prazo, podemos concluir que a mesma é bastante reduzida, o que em situações de maior dificuldade a autarquia não terá grandes dificuldades em solver os seus empréstimos de médio e longo prazo.

3.4.- Distribuição de Resultados

Segundo o ponto 2.7.3 do POCAL, o resultado líquido do exercício quando positivo pode ser repartido para reforço do património, constituição ou reforço de reservas. É ainda obrigatório reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do activo líquido e a constituição de reservas legais de, no mínimo, 5%.

Tendo em consideração que o resultado líquido é negativo, o órgão deliberativo propõe, de acordo com as disposições legais, a transição do resultado líquido para a conta 5907 – Resultados Transidos de 2007 – 1.199.700,37 €.

Paços do Município de Condeixa-a-Nova, 7 de Abril de 2008

Presidente da Câmara

Jorge Manuel Teixeira Bento